

Pexels/ Tom Fisk



O estudo prevê a coleta de biomassa em áreas agrícolas para medir o carbono armazenado em plantações

Solos de florestas podem ter alta taxa de carbono

A Petrobras e a Shell vão financiar uma pesquisa sobre o estoque de carbono nos solos e florestas de todos os estados do Brasil. O projeto, batizado de Carbon Countdown, recebeu aporte de R\$ 54 milhões de cada empresa e deve ser concluído em 2030.

O estudo será realizado em parceria com o Centro de Estudos de Carbono em Agricultura Tropical, conhecido como CCarbon. O instituto de pesquisa é vinculado à reitoria da USP (Universidade de São Paulo).

Maurício Cherubin, coordenador científico do Carbon Countdown e professor do departamento de ciência do solo da Esalq-USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), afirma à Folha que o desenho final do estudo é fruto de um diálogo extenso com as petroleiras.

“Foi uma negociação, um namoro, quase um casamento de longo prazo”, diz o pesquisador. “A Shell trouxe a ideia três anos e meio atrás, não exatamente como Countdown. A gente se relaciona com eles em outros projetos, eles compartilharam conosco uma ideia e demos sugestões. A partir daí, confiaram no nosso time para remodelar a ideia inicial, que não era exequível, no projeto que temos hoje.”

O objetivo principal é gerar uma linha de base do estoque de carbono no país, uma média da quantidade do elemento que está armazenada nos solos e na vegetação. Essa é uma demanda do agronegócio, que critica o uso de parâmetros estrangeiros para calcular o balanço de emissões de gases-estufa.

“A conexão é total, e a justificativa é total”, diz Cherubin sobre a relação do estudo com o pleito do setor. “Por isso que a gente conseguiu convencer os financiadores a investirem no projeto. A gente está num centro, o CCarbon, que visa entender as oportunidades para o agronegócio e também para os ecossis-

Empresas petrolíferas financiam estudo para medir estoque

temas naturais, e cada vez mais sentimos falta dessa linha de base.”

O CO₂ (dióxido de carbono) é o principal causador do aquecimento global, e a remoção do gás da atmosfera é realizada principalmente por florestas, via fotossíntese.

Produtores defendem que as emissões da agropecuária são menores que o calculado, devido à captura de CO₂ pela vegetação nas propriedades rurais. O estudo prevê a coleta de biomassa em áreas agrícolas para medir o carbono armazenado em plantações.

A ONG Instituto Internacional Arayara afirma que o envolvimento de companhias de óleo e gás em projetos na área climática é recorrente.

“O fato de empresas de combustíveis fósseis financiarem um estudo climático pode levantar dúvidas sobre conflitos de interesse ou a agenda desses atores em moldar o mercado de carbono conforme seus próprios interesses”, dizem os especialistas Hirdan Costa, John Würdige e Juliano Bueno, em nota conjunta.

“Esses tipos de projetos servem para as petroleiras continuarem suas atividades, alegando investimentos em projetos de mitigação [redução das emissões] ou capitalização no mercado de créditos de carbono”, declaram.

A Shell e a Petrobras afirmam que os repasses ao estudo são realizados como in-

vestimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, conforme cláusula do contrato de exploração junto à ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

Cherubin, do CCarbon, diz que há a intenção de publicar artigos científicos sobre o projeto e defende o envolvimento das empresas no estudo. “Elas têm uma responsabilidade frente às mudanças climáticas, são um setor importante nas emissões, e mais do que justo que também invistam recursos para ajudar a resolver esse problema e gerar dados importantes para termos uma estratégia para os próximos anos.”

O projeto vai considerar diversas categorias de uso do solo, como agricultura, pecuária, eucalipto e áreas degradadas, e deve abranger todos os estados e biomas brasileiros, totalizando 6.500 lugares. Nove coletas serão realizadas em cada um dos pontos, e as análises vão alcançar até um metro de profundidade. Ao todo, o levantamento deve gerar mais de 250 mil amostras.

Também serão feitas medições em 1.000 parcelas de 900 m² de florestas. A estimativa de quanto carbono está estocado na vegetação se baseará na quantidade e no diâmetro médio das plantas, e algumas árvores serão derrubadas para pesar a biomassa e calibrar os cálculos. Cherubin diz que todos os cortes serão autorizados pelo Ibama, o órgão federal de fiscalização ambiental.

Alexandre Breda, gerente de tecnologias de baixo carbono na Shell Brasil, afirma que o intuito é trazer mais integridade para o ativo carbono. Ele diz que a exploração de combustíveis fósseis deve continuar por um bom tempo, apesar da necessidade de acelerar a transição para fontes renováveis.

“Não é um mundo de ous, é um mundo de es. O mundo precisa de segurança energética, desfossilização e descarbonização, mas acho que tem um pace [ritmo, em inglês] para ser seguido”, declara. “O Carbon

Countdown vem para colocar o Brasil nesse patamar e garantir cada vez mais a liderança na discussão de carbono. Nenhum outro país vai ter a acurácia que o Brasil vai passar a ter.”

André Bueno, gestor de meio ambiente do centro de pesquisa da Petrobras, afirma que a empresa vai monitorar o estudo de perto. “A nossa equipe técnica vai acompanhar todas as metodologias empregadas, todos os resultados gerados e vai criticar, avaliar e validar essas informações.”

“Todas as etapas, desde o planejamento, a execução e os resultados, vão ser acompanhados através de um comitê técnico e gestor, onde a gente vai avaliar o andamento, físico e financeiro, e também se apropriar dos resultados”, descreve.

Questionado se os dados do Carbon Countdown serão usados para compensar emissões da própria Petrobras no futuro, Bueno afirma que existe a chance de aproveitar as conclusões para gerar créditos de carbono com áreas conservadas. “É uma possibilidade que a gente vislumbra como um possível benefício desse projeto, dependendo dos seus resultados.”

Outra opção, diz, é comercializar créditos de carbono a partir da produção de biocombustíveis, seguindo a lógica de que as plantas usadas para produzi-los estocam carbono durante o crescimento. “[A ideia é] saber qual dos diferentes biomas tem o maior potencial de captura de carbono, para onde temos que direcionar nossos esforços”, conta.

O Instituto Arayara diz que “há de se ter cautela, mesmo com dados abertos, para que o projeto não seja usado para legitimar somas maiores de créditos de carbono em operações que ainda dependem da exploração de combustíveis fósseis, o que alguns consideram ‘greenwashing’ ou estratégias de imagem”.

Por Gabriel Gama (Folhapress)